PETRÓLEO E GÁS**NOVAS REGRAS SOBRE ATIVIDADES DE COMERCIALIZAÇÃO**

Através do Regulamento n.º 2/2016, de 14 de dezembro, a Autoridade Nacional do Petróleo e Minerais ("ANPM") aprovou o Regulamento sobre as Atividades de Comercialização, que estabelece os princípios, regras e condições para a prossecução da atividade de importação e exportação de combustíveis, biocombustíveis e lubrificantes em Timor-Leste. O Regulamento aplica-se a todas as entidades que se dediquem, ou que pretendam dedicar-se, às referidas atividades no país, independentemente da sua nacionalidade ou natureza. O Regulamento é composto por seis capítulos, que incluem regras sobre registo, licenciamento, organização e operação das referidas atividades, taxas e obrigações, inspeção e infrações.

FRONTEIRAS MARÍTIMAS**DENÚNCIA DO CMATS**

Mediante a Resolução do Parlamento Nacional n.º 1/2017, de 16 de janeiro, foi aprovada a denúncia, com efeitos a partir de 10 de abril 2017, do Tratado sobre Determinados Ajustes Marítimos no Mar de Timor ("CMATS") celebrado em 2006 entre Timor-Leste e Austrália. Como consequência, o Tratado do Mar de Timor passa a aplicar-se na sua forma original, conforme a versão em vigor antes das alterações introduzidas pelo CMATS, como acordo temporário, até à delimitação definitiva das fronteiras marítimas com a Austrália.

ESTATAL**CRIAÇÃO DO INSTITUTO NACIONAL DE SEGURANÇA SOCIAL**

Através do Decreto-Lei n.º 47/2016, de 14 de dezembro, o Governo de Timor-Leste criou o Instituto Nacional de Segurança Social ("INSS") e aprovou os seus estatutos. O INSS é uma pessoa coletiva de direito público com autonomia administrativa e financeira e com bens próprios. A sua missão é gerir e executar o sistema de segurança social, incluindo preparar e monitorizar o orçamento da segurança social, reconhecendo os direitos que sejam originados, e fazendo cumprir as obrigações específicas, bem como aplicar os tratados internacionais no âmbito do sistema da segurança social.

NOVO REGIME JURÍDICO DE PASSAPORTES

Através do Decreto-Lei n.º 52/2016, de 28 de dezembro, o Governo de Timor-Leste aprovou as novas regras aplicáveis aos passaportes. Este novo diploma tem como objetivo adaptar o regime atual às mudanças introduzidas pelo passaporte eletrónico. As novas regras contribuem para o aumento da segurança do documento, em linha com os sistemas adotados pela maioria dos países, e bem assim facilitar a circulação dos cidadãos de Timor-Leste.

APROVADO NOVO ORÇAMENTO GERAL DO ESTADO PARA 2017

O Orçamento Geral do Estado para 2017 foi aprovado pelo Parlamento Nacional através da Lei n.º 13/2016, de 29 de dezembro. De acordo com este diploma, o Estado de Timor-Leste prevê um total de USD 1.414.400 milhões em receitas para financiamento de despesas do Estado, das quais USD 1.106.300 milhões são receitas petrolíferas e USD 199.300 milhões receitas não petrolíferas. O diploma prevê também as regras aplicáveis ao Orçamento da Segurança Social para 2017. Em complemento, mediante o Decreto do Governo n.º 1/2017, de 9 de janeiro, o Governo aprovou as normas aplicáveis à execução, monitorização e reporte do Orçamento Geral do Estado e do Orçamento da Segurança Social para 2017.

NOVO REGIME TRANSITÓRIO DE RECRUTAMENTO DE MAGISTRADOS E DEFENSORES PÚBLICOS E ALTERAÇÃO À ORGÂNICA DA CÂMARA DE CONTAS

Para fazer face à insuficiência dos recursos humanos, especialmente juizes e procuradores, que impede o normal funcionamento dos Tribunais timorenses, foi aprovado pelo Parlamento Nacional, mediante a Lei n.º 1/2017, de 18 de janeiro, o regime transitório de recrutamento de Magistrados e Defensores Públicos não timorenses e alteração à orgânica da Câmara de Contas (aprovada pela Lei n.º 9/2011, de 17 de agosto). A presente lei visa regular o concurso para o recrutamento e seleção de cidadãos não timorenses que podem ser admitidos pelos órgãos de gestão e disciplina das magistraturas e o dos defensores públicos para, temporariamente, exercerem funções de juizes, procuradores e defensores públicos junto dos tribunais, incluindo a Câmara de Contas.

RAEOA ESTABELECE PRIORIDADES LEGISLATIVAS

Através da Deliberação da Autoridade n.º 1/2017, de 18 de janeiro, a Autoridade Especial Administrativa da Região de Oé-Cusse Ambeno ("RAEOA") estabeleceu as prioridades para a Região. A deliberação contém a lista de diplomas que deverão ser preparados e aprovados para a RAEOA, incluindo, a Lei Orgânica da RAEOA, o Regime Fiscal para a RAEOA, o Registo Marítimo da RAEOA, o Registo Aéreo da RAEOA e o Regime Financeiro da RAEOA.

APROVADAS REGRAS SOBRE A CERTIFICAÇÃO DE MARÍTIMOS

Mediante o Diploma Ministerial n.º 3/2017, de 25 de janeiro, o Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações aprovou as regras sobre certificação de marítimos em Timor-Leste. Estas regras serão aplicáveis até o Estado de Timor-Leste ratificar a Convenção Internacional sobre Normas de Formação, de Certificação e de Serviço de Quartos de 1978. O novo diploma inclui, entre outras, disposições sobre o embarque de nacionais timorenses em navios, e emissão, suspensão e registo de certificados e documentos necessários para esse fim. De acordo com este diploma, a emissão do certificado depende do marítimo ser cidadão timorense, ter no mínimo 18 anos de idade e ter um serviço de mar correspondente a, no mínimo, 12 meses, enquanto marítimo a bordo de embarcação que opere em portos timorenses.

PUBLICIDADE**NOVAS REGRAS APLICÁVEIS À PUBLICIDADE**

O Governo de Timor-Leste, através do Decreto-Lei n.º 51/2016, de 28 de dezembro, aprovou novas regras para o licenciamento de mensagens publicitárias. O novo diploma aplica-se a qualquer forma de publicidade de natureza comercial (e.g., visual, sonora, etc.), independentemente do suporte utilizado para a sua difusão (e.g., painéis, direcionadores, bandeiras, faixas, toldos, etc.), quando visível ou perceptível do espaço público. A afixação ou inscrição de mensagens em bens ou espaços afetos à utilização pública ou daí visíveis está sujeita a licenciamento prévio junto da Administração Municipal ou Autoridade Municipal e ao pagamento de uma taxa, que depende do tipo de publicidade, localização, dimensão e período de divulgação da mesma. De acordo com as novas regras, as empresas e outras entidades que tenham sinais publicitários nas suas instalações (incluindo simples placas identificativas dos seus escritórios) dispõem de um prazo de 6 meses a contar da entrada em vigor das novas regras para licenciar os referidos sinais. Após este prazo, as Autoridades Municipais podem proceder à respetiva remoção, confisco, bem como aplicar as coimas previstas no diploma.

PENAL**REGRAS APLICÁVEIS AO COMBATE AO TRÁFICO ILÍCITO DE DROGAS**

Através da Lei n.º 2/2017, de 25 de janeiro, o Parlamento Nacional aprovou a Lei de Combate ao Tráfico Ilícito de drogas. Para além da definição de "drogas", este diploma inclui, também, disposições sobre atividades sujeitas ao controlo do Ministério da Saúde, tráfico e atividades ilícitas, associação criminosa, consumidor-traficante, abandono de seringas, tráfico e consumo em locais públicos, tratamento voluntário ou obrigatório, sanções, entre outras.

REGRAS SOBRE A PREVENÇÃO E O COMBATE AO TRÁFICO DE PESSOAS

Mediante a Lei n.º 3/2017, de 25 de janeiro, o Parlamento Nacional aprovou a Lei para a Prevenção e Luta contra o Tráfico de Pessoas, e a quarta alteração ao Código Penal. Este novo diploma define tráfico de pessoas e inclui, entre outras, disposições sobre não discriminação, não participação, responsabilidade criminal, sanções, perda de bens a favor do Estado, proteção de vítimas e testemunhas, exclusão da publicidade do processo, informação sobre valores e fundos, levantamento do sigilo, controlo de contas bancárias e obrigação de sigilo.

ELETRICIDADE**APROVADAS NOVAS TARIFAS**

O Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, mediante Diploma Ministerial n.º 1/2017, de 4 de janeiro, aprovou as tarifas de ligação e de participação de energia elétrica. Este diploma inclui, entre outras, disposições sobre potência de ligação e disjuntor de proteção de baixa tensão, tarifas de alteração de potencia (para contadores monofásicos ou trifásicos), tarifas de ligação e custos de equipamento técnico e material elétrico.

Para mais informações acerca do conteúdo destas

Notícias do Direito, por favor contacte:

Ricardo Alves Silva: ricardo.silva@mirandalawfirm.com

Tereza Garcia André: tereza.andre@mirandalawfirm.com

Miranda & Associados
Av. Engenheiro Duarte Pacheco, 7

1070-100 LISBOA

Tel: +351 217 814 800 Fax: +351 217 814 802

www.mirandalawfirm.com

mirandaalliance

www.mirandaalliance.com

MEMBROS

ANGOLA | BRASIL | CABO VERDE | CAMARÕES | COSTA DO MARFIM

GABÃO | GUINÉ-BISSAU | GUINÉ EQUATORIAL | MACAU (CHINA)

MOÇAMBIQUE | PORTUGAL | REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DO CONGO

REPÚBLICA DO CONGO | SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE | TIMOR-LESTE

ESCRITÓRIOS DE LIGAÇÃO

EUA (HOUSTON) | FRANÇA (PARIS) | REINO UNIDO (LONDRES)

© Miranda & Associados, 2017. A reprodução total ou parcial desta obra é autorizada desde que seja mencionada a sociedade titular do respetivo direito de autor.

Aviso: Os textos desta comunicação contêm informação de natureza geral e não têm por objetivo ser fonte de publicidade, oferta de serviços ou aconselhamento jurídico; assim, o leitor não deverá basear-se apenas na informação aqui consignada, cuidando sempre de aconselhar-se com advogado.

Este boletim é distribuído gratuitamente aos nossos clientes, colegas e amigos. Caso pretenda deixar de o receber, por favor responda a este e-mail.